



4365 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)  
GT05 - Estado e Política Educacional

#### **ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO E POLÍTICA EDUCACIONAL: ALGUNS APONTAMENTOS**

Maria Angela Alves de Oliveira - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco  
Natália Aguiar - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

#### **ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO E POLÍTICA EDUCACIONAL: ALGUNS APONTAMENTOS**

A partir de nossas investigações na área, identificamos elementos da Análise Crítica do Discurso (ACD) que consideramos importantes para os estudos das políticas educacionais. Nossas reflexões se ancoram nas contribuições de Fairclough (2001) acerca do discurso, articulado com os discursos do campo educacional (BOWE e BALL, 1992; AZEVEDO, 1997; MARQUES, ANDRADE e AZEVEDO, 2017; GOMES, 2011; SUREL e MULLER, 2002). Dentre as contribuições apresentadas está a estrutura analítica tridimensional do discurso compreendida em três dimensões: a análise textual, a análise da prática discursiva e a análise da prática social. A partir dessas dimensões destacamos algumas categorias, como interdiscursividade, que diz respeito a relações entre formações discursivas, isto é, entre diferentes tipos de discursos. Sua articulação com as políticas educacionais, enquanto prática social, revela um campo de relações de poder em disputa. Os conceitos de ideologia e de hegemonia também são duas categorias importantes, por sua implicação nos processos tanto de reprodução como de mudança social, traço crucial para os estudos sobre política educacional.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso; Política Educacional; Prática Social

#### **ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO E POLÍTICA EDUCACIONAL: ALGUNS APONTAMENTOS**

##### **Introdução**

As políticas educacionais, entendidas enquanto políticas públicas mobilizam variadas perspectivas teórico-conceituais, ou disciplinares diferenciadas (AFONSO, 2001). Mais explicitamente, as políticas de educação são tratadas na qualidade de componentes do conjunto das políticas públicas de corte social, entendidas como a expressão da ação (ou não ação) social do Estado e que têm como referente a máquina governamental, no movimento de regulação do setor educacional em interação com distintos atores ou sujeitos coletivos constitutivos deste processo social (SUREL e MULLER, 2002; AZEVEDO, 1997).

A política educacional nesta perspectiva se insere nos processos sociais de debate e disputa pelo projeto de sociedade. Consequentemente, a participação é fundamental na constituição da política pública e por sua vez, a participação não existe sem discurso. Assim, "Os objetivos e todo detalhamento das políticas públicas não podem ser expressos a não ser *no e por meio* do discurso. Portanto, não existem políticas públicas fora do discurso." (GOMES, 2011, p. 22-23).

Diante dessa concepção sobre educação e políticas educacionais é que buscaremos refletir o discurso como fenômeno político. Portanto, daremos ênfase aos estudos críticos do discurso, que focam a interface entre linguagem e sociedade para a compreensão dos fenômenos sociais.

Na esteira da Análise Crítica do Discurso (ACD) o campo da pesquisa em políticas educacionais nas últimas décadas tem se aproximado da Teoria Social do Discurso de Norman Fairclough, apresentada no seu livro *Discurso e Mudança Social* (publicado em 1992), onde discorre sobre a estrutura analítica tridimensional. Essa abordagem busca tratar e trabalhar com práticas sociais por meio da união entre a linguística e a ciência crítica social, identificando as conexões entre relações de poder e recursos linguísticos presentes nos discursos das pessoas e ou seus grupos sociais. (RESENDE; RAMALHO, 2004, p. 188).

A partir de nossas investigações na área, identificamos elementos da ACD que consideramos importantes para os estudos das políticas educacionais e que vamos tratar no presente texto. Conforme já nos referimos anteriormente, buscaremos nossa reflexão nas contribuições de Fairclough (2001) acerca do discurso, articulado com os discursos do campo educacional (BOWE e BALL, 1992; AZEVEDO, 1997; MARQUES, ANDRADE e AZEVEDO, 2017; GOMES, 2011; SUREL e MULLER, 2002).

#### **Análise Crítica do Discurso: categorias teórico-metodológicas e aproximações com a pesquisa sobre a política educacional**

Para a Teoria Social do Discurso de Norman Fairclough, o discurso é um modo particular de representação e de significação do mundo social, mundo este configurado em práticas sociais, contudo, o próprio discurso também é uma prática social. Ou seja, além de um veículo de comunicação do homem, um elemento de construção histórica, no contexto de determinada ordem em que se observam a história, a linguagem e a ideologia. Assim, discurso e prática social são dialeticamente relacionados entre si, isto é, o discurso é socialmente constitutivo da prática social, ao mesmo tempo em que é tanto moldado como restringido pela estrutura social (FAIRCLOUGH, 2001).

Neste sentido, fazemos referência a Ball que considera a política como um conjunto de afirmativas sobre como o mundo deve e pode ser, uma matéria de "alocação autorizada de valores". Contudo, esses valores são essencialmente contestados nas arenas da formação da

política e na sua implementação (BOWE E BALL, 1992, p.13).

Desse modo, é importante destacar que a política educacional é uma prática social, Marques, Andrade e Azevedo (2017, p. 68) chamam a atenção para o fato de que a política educacional “é eminentemente um campo de disputa, de lutas pela hegemonia, de práticas articulatórias. É, portanto, um 'terreno' não suturado, mas atravessado por relações contingentes [...]”.

Nesta perspectiva apresentaremos alguns pressupostos teóricos da ACD e da análise tridimensional do discurso, bem como algumas categorias de análises importantes da Teoria Social do Discurso de Norman Fairclough (2001). A concepção da análise tridimensional do discurso, segundo Fairclough (2001), compreende três dimensões, que são: a análise textual, denominada de “descrição”; a análise da prática discursiva e a análise da prática social, constituintes do discurso, chamando-as de “interpretação”. É importante frisar que este detalhamento dos elementos envolvidos nas três dimensões da análise tridimensional, proposta por Fairclough, é apenas para efeito de exposição. Mais detalhadamente, a análise tridimensional compreende:

A análise textual envolve quatro itens, ou seja, o *vocabulário*, voltado para palavras isoladas; a *gramática* que trata das palavras organizadas em orações e frases; a *coesão*, que analisa a ligação entre orações e frases; e a *estrutura textual*, de forma geral, volta-se para todas as características organizacionais dos textos.

A prática discursiva trata de três dimensões: produção, distribuição e consumo do texto. Tomando como base a tradição interpretativa ou microssociológica, o autor considera a prática discursiva um processo ativo de aprendizagem e de produção embasado em procedimentos compartilhados consensualmente entre as pessoas. A essas três dimensões, Fairclough (2001) acrescentou mais uma, que compreende as “condições da prática discursiva” com a finalidade de apresentar aspectos sociais e institucionais que envolvem produção e consumo de textos.

Já o objetivo central da análise da prática social é especificar “a natureza da prática social da qual a prática discursiva é uma parte, constituindo a base para explicar por que a prática discursiva é como é; e os efeitos da prática discursiva sobre a prática social” (FAIRCLOUGH, 2001: 289), pois, para o autor, a prática social, particularmente, a política e a ideológica, é uma dimensão do evento comunicativo, da mesma forma que o texto. Portanto, essa dimensão cuida de verificar as questões referentes as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e de que maneira elas marcam a natureza da prática discursiva.

A partir dessas dimensões de análise, identificaremos algumas categorias que podem ser particularmente prolíficas para a discussão das políticas públicas educacionais. Na teoria de Fairclough (2001) o conceito de ‘interdiscursividade’, foi ancorado na concepção formulada pelo teórico da análise de discurso francesa Michel Pêcheux e no conceito de “ordem de discurso”, concebido originariamente por Michel Foucault, que assumem um lugar de destaque no desvelamento da configuração de práticas discursivas e na relação entre elas.

Ao aprofundar a concepção de ‘interdiscursividade’, Fairclough (2001, p. 72) faz uma distinção entre intertextualidade, concebendo-a como ligação entre textos, e interdiscursividade, diz respeito a relações entre formações discursivas ou mais genericamente, entre diferentes tipos de discurso. O autor ainda acrescenta uma distinção entre ‘intertextualidade manifesta’ (usa-se explicitamente outros textos específicos), e ‘interdiscursividade’ ou ‘intertextualidade constitutiva’, ressaltando “a constituição heterogênea de textos por meio de elementos (tipos de convenção) das ordens de discurso (interdiscursividade)” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 114).

A interdiscursividade compreende a análise da prática discursiva no sentido de revelar as interconexões com outros textos, seja do campo da educação ou outras áreas, atuais ou do passado, bem como procura desvelar as interações com ideologias, crenças e valores individuais e sociais mais amplos.

A exemplo do desvelamento da discursividade no campo da política pública educacional, Ball (1992) considera que na elaboração das políticas públicas, acontecem intensas disputas e negociações, ressaltando diferentes interesses de agências internacionais, nacionais, agentes e agências estatais e locais, especialistas em áreas específicas do saber influenciam na formulação das políticas nacionais.

Fairclough (2001) compreende que a mudança discursiva acontece em um processo de reconfiguração ou de mutação dos elementos da ordem de discurso, que por meio de um movimento dinâmico na relação entre as práticas discursivas, tanto pode favorecer a reprodução do sujeito social como a sua transformação, e ainda, estender suas marcas sobre os sujeitos e suas identidades, sobre as relações sociais e também no âmbito dos sistemas de conhecimento e crença.

Nesse sentido, Marques, Andrade e Azevedo (2017), relacionam importantes elementos desse universo particular, isto é, do campo da pesquisa em política educacional, ressaltando que

[...] a análise do discurso a ser desenvolvida no campo educacional, considerado o conjunto dos recursos (depoimentos de sujeitos sociais, legislação educacional, planos educacionais, projetos institucionais, dados estatísticos, entre outros) que norteiam as suas diretrizes políticas, exige tanto a descrição do vocabulário, da gramática, da coesão e da estrutura textual, quanto a interpretação dos enunciados que compõem a prática discursiva dos sujeitos (p.61).

Ressaltamos que, para esta perspectiva teórico-metodológica, é fundamental trabalhar as categorias de ideologia e hegemonia, concebendo-as como um todo e inter-relacionadas. Nas palavras de Fairclough (2001, p.119), a ideologia “é uma orientação acumulada e naturalizada que é construída nas normas e nas convenções, como também um trabalho atual de naturalização e desnaturalização de tais orientações nos eventos discursivos”. A ideologia é uma propriedade tanto de estruturas nas ordens dos discursos quanto de eventos, que constituem o resultado de eventos passados ou condições de eventos atuais e nos próprios eventos. Nas palavras de Fairclough:

[...] minha formulação da análise na dimensão da prática social está centrada nos conceitos de ideologia e essencialmente de hegemonia, no sentido de um modo de dominação que se baseia em alianças, na incorporação de grupos subordinados e na geração de consentimento. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 28).

Ora, é exatamente o fato de a hegemonia ser um fenômeno instável, exigindo constante atenção do grupo hegemônico, que aponta para sua importância perante os analistas críticos do discurso.

Podemos identificar essa questão no campo educacional ao compreendermos que ele enfrenta necessariamente a tensão entre a Policy e a Politics. A policy caracterizada como o programa de ação, enquanto que a Politics são as relações de poder no sentido de dominação (AZEVEDO, 1997). As relações atuais de poder hegemônico se configuram nas estruturas ditadas pela ideologia neoliberal, a qual vem influenciando suas propostas a agenda da educação.

Portanto, a articulação da categoria hegemonia com a interdiscursividade é um marco na Teoria Social do Discurso de Norman Fairclough, não apenas no sentido da investigação das possibilidades e das limitações no âmbito dos processos intertextuais no interior das

hegemonias particulares e estados de lutas hegemônicas, "mas também conceituar processos intertextuais e processos de contestação e reestruturação de ordem de discurso como processos de luta hegemônica, assim como são afetados por ela no sentido mais amplo". (FAIRCLOUGH, 2001, p. 135).

### Apontamentos Preliminares

Retomando nossas idéias iniciais, o objetivo deste estudo buscou identificar elementos teórico-metodológicos da ACD que contribuam para os estudos das políticas educacionais, a partir da articulação entre a linguagem e a ciência social.

Consideramos as políticas educacionais uma prática social e, portanto, um campo de relações de poder em disputa. Assim, destacamos que para a Análise Crítica do Discurso de Fairclough (2001) os conceitos de ideologia e de hegemonia são duas categorias "caras" porque ao compreender discurso, enquanto prática social revela a sua implicação nos processos tanto de reprodução como de mudança social, traço crucial para os estudos sobre política educacional. Esta articulação conceitual é fundamental para compreender que a política educacional carece da investigação aprofundada das práticas discursivas e sociais postas em ação, no intuito de desvelar as orientações e sentidos político-sociais germinados em sua formulação ou em seu desenvolvimento que nos permita explicitar posições de resistência em favor de uma mudança social, na perspectiva de uma educação democrático-popular.

Outra categoria que se destaca diz respeito à compreensão de que a mudança discursiva acontece vinculada a interdiscursividade, em um processo de reconfiguração ou de mutação dos elementos da ordem de discurso, que por meio de um movimento dinâmico na relação entre as práticas discursivas, tanto pode favorecer a reprodução do sujeito social como a sua transformação, e ainda, estender suas marcas sobre os sujeitos e suas identidades, sobre as relações sociais e também no âmbito dos sistemas de conhecimento e crença.

Por fim, consideramos que a Análise Crítica do Discurso (ACD), na esteira dos estudos de Norman Fairclough (2001) dá consistência teórico-metodológica as pesquisas em educação, tomando a perspectiva de que as "[...] políticas públicas como práticas discursivas é capaz de desvelar o múltiplo e complexo, e as relações sociais contraditórias e antagônicas que as caracterizam" (GOMES, 2011, p.23).

### Referências

AFONSO, Almerindo Janela. A redefinição do papel do Estado e as Políticas Educativas: elementos para pensar a transição **Sociologia, Problemas e Práticas**, nº 37, 2001, p. 33-48.

AZEVEDO, Janete M. L. **Educação como Política Pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.

FAIRCLOUGH, Norman. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. **Linha d'Água**, 2012, v. 25, n. 2, p. 307-329.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

GOMES, Alfredo M. Políticas Públicas, Discurso e Educação. IN: GOMES, Alfredo M., (Org.) **Políticas Públicas e Gestão da Educação**. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

MARQUES, Luciana Rosa; DE ANDRADE, Edson Francisco; DE AZEVEDO, Janete Maria Lins. Pesquisa em política educacional e discurso: sugestões analíticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** - Periódico científico editado pela ANPAE, v. 33, n. 1, p. 55-71, 2017.

MULLER, P. e SUREL, Y. **A análise das Políticas Públicas**. Pelotas: EDUCAT, 2002.

RAMALHO, Viviane CVS; RESENDE, Viviane de M. **Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: Implicações teórico-metodológicas**. 2004.